

UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A COOPERAÇÃO SUL-SUL DA GUINÉ-BISSAU: OS INTERESSES EM JOGO NA COOPERAÇÃO ENTRE CHINA E GUINÉ-BISSAU¹

Elma Pereira Mané²

RESUMO

O presente artigo desenvolve uma análise crítica sobre a contribuição da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento da Guiné-Bissau enfocando os interesses em jogo na cooperação entre China e Guiné-Bissau em alguns campos específicos da cooperação. Inicia-se com uma breve introdução sobre como se deram os primeiros passos da cooperação entre os dois países. Em seguida, analisa-se o debate presente na literatura acadêmica para mostrar como se deu o processo de consolidação e estabelecimento de uma agenda para o desenvolvimento na periferia e da inserção internacional de países do terceiro mundo durante a Guerra Fria. O artigo se divide em três sessões. No primeiro tópico, trarei a história e os conceitos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e a Cooperação Sul-Sul (CSS), com o propósito de entender o processo histórico de construção da cooperação para o desenvolvimento entre países do Sul global, a CID no pós-Guerra e a era da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). No segundo trecho, procuro analisar a relevância da China como promotora da Cooperação Sul-Sul explicitando como o país vem crescendo e se destacando no sistema internacional na agenda da cooperação. Por fim, buscaremos analisar as relações sino-guineenses e a Cooperação Sul-Sul, quais as perspectivas e desafios da CSS e das relações sino-guineenses, mais especificamente os interesses da política externa chinesa na Guiné-Bissau.

Palavras-chave: África - Relações econômicas exteriores. China - Relações econômicas exteriores. Cooperação Sul-Sul.

ABSTRACT

This article develops a critical analysis of South-South cooperation for the development of Guinea-Bissau, focusing on interests in the cooperation game between China and Guinea-Bissau in some fields used by cooperation. It begins with a brief introduction on how they took the first steps of cooperation between the two countries. Then, analyze it or debate in the academic literature to show how the creation and establishment of an agenda for development in the periphery and international insertion of third world countries occurred during the Cold War. The article is divided into three sections. In the first topic, see the history and concepts of International Cooperation for Development (CID) and South-South Cooperation (CSS), in order to understand the historical process of building cooperation for development between the countries of the global South, the post-war ICD and the era of technical cooperation between developing countries (CTPD). In the second process, try to analyze the relevance of China as a promoter of South-South Cooperation, explaining how the country has been growing and standing out in the international system in the cooperation agenda. Finally, try to analyze how Sino-Guide Relations and South-South Cooperation, what are the perspectives and challenges of CSS and Sino-Guide Relations, more specific about the interests of Chinese foreign policy in Guinea-Bissau.

Keywords: Africa - Foreign economic relations. China - Foreign economic relations. South-South cooperation.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Magno Klein Silva.

² Bacharela em Humanidades e graduanda em Relações Internacionais pelo Instituto de Humanidades e letras dos Malês - IHLM, da UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Objetiva-se este artigo a desenvolver uma análise crítica a respeito da Cooperação Sul-Sul, o que essa cooperação traz para o desenvolvimento da Guiné-Bissau e quais são os interesses em jogo na cooperação entre China e Guiné-Bissau, abrindo espaço para as reflexões de pesquisadores acadêmicos para analisar o processo de consolidação e estabelecimento da agenda da cooperação para o desenvolvimento da periferia. A relação entre Guiné-Bissau e China será utilizada como estudo de caso. O tema será focado em três etapas. No primeiro tópico, apresentarei uma breve história da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e da Cooperação Sul-Sul em geral (CSS), com o propósito de entender a institucionalização das práticas de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). Na segunda etapa, reflete-se sobre a atual relevância da China como promotora de CTPD, destacando o processo que tornou o gigante asiático um líder emergente nessa agenda. Por fim, analisarei as relações sinogineenses com ênfase nos acordos bilaterais de cooperação para o desenvolvimento, quais as perspectivas e os desafios da relação entre os dois países. Nossa abordagem teórica, baseada nos entendimentos das leituras feitas para o desenvolvimento deste artigo, de que a Cooperação para o Desenvolvimento reflete objetivos idealistas e auto interessados, questionará os interesses da política externa chinesa na Guiné-Bissau.

2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO (CID) E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

Faz-se necessário o conhecimento sobre o que é a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, sua trajetória, assim como o recrudescimento da Cooperação Sul-Sul. Para isso, trago as definições do conceito pelo autor Carlos R. S. Milani (2018), que faz um panorama geral de diferentes fatos ocorridos desde os anos 226 a.c. que segundo ele, seria um dos primeiros atos de cooperação registrados, dirigidos por Ptolomeu III do Egito com o propósito de ajudar na alimentação e no auxílio às vítimas do terremoto

2.1 SOBRE A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Milani (2010) caracteriza a CID como um campo político que sempre esteve presente apesar de nunca ter sido uma agenda de destaque das RI em nenhum momento das configurações contemporâneas de ordem internacional, mas ela permanece presente.

As origens da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) remontam a um mundo do pós-Guerra composto pelos países ocidentais capitalistas, os países do bloco comunista, e um conjunto de países que ficou conhecido como terceiro mundo, muitos dos quais ainda se encontravam em um contexto de descolonização e dependiam de assistência externa para sustentar suas economias e a construção de suas instituições nacionais. A partir dos anos 1960, os países-membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – cujas origens remontam à CID na forma do Plano Marshall –, passaram a ser conhecidos como doadores tradicionais, enquanto os países do chamado terceiro mundo – ele mesmo um grupamento altamente heterogêneo – eram identificados como recipiendários. (DE MELLO et al. 2014, pag. 11)

Após a segunda Guerra-Mundial, segundo Milani(2010), a CID foi importante para a legitimação da atuação da Organização das Nações Unidas (ONU), para legalização do sistema de Bretton Woods, a possibilidade produzida pelos chamados dividendos da paz na ocasião do desenvolvimento nos países do antigo terceiro mundo e as expectativas de que as Nações Unidas exercessem um papel importante na promoção do desenvolvimento no pós Guerra-Fria e na emergência de uma nova ordem no século XXI,

A CID contemporânea apresenta-se como muito mais complexa e multifacetada, de forma que o uso das categorias e grupamentos de atores do período pós-Guerra tornou-se cada vez menos apropriado. Nas últimas décadas, alguns países deixaram de ser recipiendários para se tornar doadores, enquanto outros se tornaram ao mesmo tempo doadores e recipiendários. (DE MELLO et al. 2014, pag. 11)

Com a reemergência de grandes baleias do Sul que passam a ter uma função mais destacada na agenda de cooperação internacional para o desenvolvimento., esses países, como China, Índia e Turquia se tornaram grandes atores nessa agenda.

2.2 A HISTÓRIA DA COOPERAÇÃO APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Milani (2010) caracteriza a CID como um campo político justamente para se distanciar de algumas complexidades teóricas para não a desenvolver como um regime.

[...] uma nova realidade política e econômica gerou desafios para o entendimento e o estudo da CID, o mais fundamental destes sendo provavelmente de natureza conceitual. O conceito de assistência, tradicionalmente empregado nos países desenvolvidos, é usualmente preterido pelos países do Sul em lugar de cooperação. (DE MELLO et al. 2014, pag. 12)

Ainda de acordo com De Mello et al.(2014, pg. 12) ‘ao contrário de assistência, cooperação implica uma relação de benefícios mútuos, horizontalidade e maior participação e controle local dos recursos; e serve ao propósito político de distinguir o fenômeno que ocorre no âmbito Sul-Sul daquele verificado há mais tempo e em extensão maior no âmbito Norte-Sul’. Entretanto, pelo mesmo motivo, em vez de atribuir os conceitos doador e recipiendário, “os países do Sul fazem referência aos países envolvidos na cooperação para o desenvolvimento como parceiros”.

Milani (2010) não acredita que a CID se trata de um regime internacional, porque ela não tem a mesma capacidade de produção de conformidade que os outros regimes do comércio internacional. Ele ainda afirma que não existe uma ONG internacional com capacidade de produção de normas internacionais no campo da cooperação.

Esta é uma agenda fortemente bilateral dos Estados apesar de alguns deles serem um dos poucos a superar na sua estatística a utilização multilateral da cooperação em detrimento da utilização bilateral da cooperação, porém, são casos raros e a grande maioria dos países segue tendo na sua agenda cooperação bilateral, boa parte dos países tendem a vincular fortemente a agenda da cooperação a suas prioridades de política externa.

Pode-se concluir também que esse é um dos motivos pelo qual o autor optou por caracterizar a CID como um campo político que, mesmo não sendo prioritário, é relevante na política internacional, pois, por meio de suas políticas externas, os Estados tentam programar parte da sua identidade e valores que suas sociedades e sua elite no governo constroem em termos de ideal da nação, da sua cultura e de toda projeção de valores imateriais, de símbolos que partem do Estado nacional por meio dessa agenda de cooperação.

2.3 QUANTO À EMERGÊNCIA DA COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO (CTPD)

Pereira e Medeiros (2015), e Laura Lopes (2008) abordaram a institucionalização da cooperação sul-sul e da CTPD. Considerando o fato de que o foco deste artigo será em analisar a influência da cooperação sul-sul no desenvolvimento da Guiné-Bissau, faz-se necessário a compreensão histórica das causas das cooperações. Este artigo tem como um de seus objetivos

analisar o processo de consolidação e estabelecimento da agenda da inserção internacional dos países em desenvolvimento durante a Guerra Fria, bem como suas demandas por formas de apoio a seu desenvolvimento.

De acordo com, Laura Lopes (2008), devido os dilemas que assolavam o sistema internacional nas primeiras décadas da Guerra Fria, as disputas ideológicas das superpotências levaram a cabo as lutas pela melhoria no desenvolvimento dos estados, então conhecido como Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento (SICD). Entretanto, nos anos de 1960 o desenvolvimento ainda era ligado ao Estado e era medido pela variação do PIB (Produto Interno Bruto) e o tema do desenvolvimento despertou a atenção de estudos e passou a ser reconhecido como diferentes campos de estudo e pesquisas nas universidades britânicas.

Ainda em conformidade com Laura Lopes (2008, pg.8), nesse âmbito de redefinição da SICD, “houve espaço para emergência dos chamados “novos doadores”. Países do Sul econômico, de maior desenvolvimento relativo, que tinham sido beneficiários da ajuda internacional desde o final dos anos 1940 e ensaiavam a partir de 1970, seus primeiros passos como doadores da CID,” isso teria dado início a chamada cooperação horizontal ou CTPD.

Conhecido como Plano de Ação Buenos Aires, a reunião organizada pela ONU em Buenos Aires no ano de 1970 sobre a CTPD, segundo a autora, conferiu a visibilidade ao debate sobre os novos arranjos da cooperação. Essa conferência da ONU não só serviu para sistematizar os discursos da CTPD, como também colaborou na sugestão de uma ótica diferente de cooperação internacional. No entanto, a CTPD se firmou como uma ferramenta viável de aproveitamento de conhecimento de alguns países para cobrir lacunas em outros e segundo Lopes (2008) a CTPD deve ser reconhecida como uma legítima promotora do desenvolvimento considerando as semelhanças históricas, econômicas e sociais dos países doadores e receptores.

2.3.1 O Banco Mundial

O historiador João Márcio Mendes Pereira (2010) analisa a importância do Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro e faz uma exploração histórica elogiosa sobre o banco como ator intelectual, político e financeiro. Ou seja, é o lado financeiro que mais conta para a relevância do banco como ator da CID, *a sua capacidade de produção de conhecimento*, de difusão de conhecimento nas suas redes e de consolidação de agendas, tanto de pesquisas como também de política pública em diversos países e principalmente nos países em desenvolvimento.

O autor ressalta a importância de olhar para o Banco Mundial como ator intelectual e financeiro para ter uma ótica mais ampla da história da cooperação internacional para o desenvolvimento porque, do ponto de vista da sua realidade material, estatística ou econômica se trata de um campo relevante e também depende de como se associa o que não é contabilizado, como no caso dos investimentos, financiamentos, doações etc. oriundas de países que não informam seus dados para a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento econômico (OCDE), ou seja, o estoque anual de recursos destinados para a cooperação por parte dos países desenvolvidos é insignificante quando comparados com outros fluxos internacionais, como de comércio e de finança internacional. Claramente, das estimativas que existem sobre o comércio de drogas ilícitas e outros ou outros tipos de tráficos, sobre o comércio de armamentos, evasão fiscal, isto é, são números que na sua materialidade de modo algum justificariam o grau de institucionalização que esse campo político possuiu ao longo das décadas. Sobretudo pensando a forte institucionalização da cooperação internacional para o desenvolvimento no pós-segunda Guerra-Mundial. Vale ressaltar que na CID não são apenas o volume de recursos financeiros que justifica sua importância institucional e nem é o que justifica o grau de investimento.

2.4 COOPERAÇÃO SUL-SUL EM COMPARAÇÃO COM A COOPERAÇÃO NORTE-SUL

Segundo Milani (2010), no caso dos chineses e indianos, a agenda de cooperação é extremamente material, até mesmo pela ausência de uma noção comum e homogênea entre os países em desenvolvimento no que tange ao que seriam as ferramentas da chamada cooperação Sul-Sul. Segundo o autor, na literatura, podemos encontrar uma tentativa de relacionar a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Norte-Sul, conhecida no geral pela expressão Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD), o que para o autor, seria um ponto de crítica, pois a cooperação norte-sul é muito mais do que a AOD e a cooperação não tem uma AOD para chamar de sua, ou seja, os países do Sul pecam pela inexistência de uma instância institucional onde invistam porque ela existe e, Segundo estimativas da ECOSOC (2008) relativas a 2008, o fluxo de cooperação (ou assistência) Norte-Sul (US\$ 121,5 bilhões) é cerca de dez vezes superior ao fluxo de cooperação Sul-Sul (US\$ 12,1 bilhões, valor mais alto no intervalo estimado). (MELLO e SOUZA, 2012, pg. 91)

Nenhum grande país em desenvolvimento efetivamente investiu diplomática e politicamente no fórum de cooperação para o desenvolvimento (FCD) da ONU para que possivelmente se tornasse uma instância com capacidade de produção de critérios, de

monitoramento de produção de estatísticas, de estudos que delimitassem minimamente uma versão mais geral.

2.5 OS ATORES DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Milani (2010) faz uma lista dos atores da cooperação:

- ❖ os doadores/fornecedores de cooperação;
- ❖ os beneficiários ou receptores; e
- ❖ os mediadores que podem ser ONGs, gabinetes de consultoria, academia ou outros.

Cada um deles possuiria obrigações de acordo com o tipo de doação ou financiamento feito: “doação, empréstimo subsidiado, tipos de recursos fornecidos” (MILANI; 2010, pg-69). Nem toda prática de cooperação produz bons resultados na perspectiva da qualidade de vida, da capacidade de aprimorar o desenvolvimento e etc.

Para o autor, a cooperação não é apenas solidária, ela também envolve interesses de quem coopera e uma das características fundamentais da cooperação é a sua compreensão dentro do campo político.

2.6 TRAJETÓRIA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

Para PEREIRA e MEDEIROS (2015), como consequência do momento inicial, se observou na década de 1980 e 1990 o avanço dos princípios do neoliberalismo, que serviria para criar obstáculos à Cooperação Sul-Sul e inserir a periferia na lógica Norte-Sul de cooperação. Se exigiam ajuste fiscal aos países em desenvolvimento como condição para receber cooperação.

“O processo de formação da ideia de cooperação sul-sul se dará nesse contexto de, ao buscar o seu desenvolvimento, os países do sul buscassem, também, soluções do sul alinhadas com ideais de autossuficiência”. (NEVES, 2015, pg.109)

Os autores abordam a fase inicial dessas relações Sul-Sul, onde apontam “a Conferência de Bandung como marco inicial do estabelecimento de uma estratégia comum, bem como de princípios e valores que iriam reger as relações entre países do Terceiro Mundo” (Pereira; Medeiros, 2015, pg. 121-122).

E por último trazem a situação atual, “que após o refluxo da década neoliberal alcança novo ânimo político sob a forma da criação de coalizões de geometria variável, que acrescenta

um componente de revisão da ordem internacional tanto em termos LesteOeste, quanto Norte-Sul” (PEREIRA; MEDEIROS,2015, p.121, 122).

Realizada na Indonésia com 29 países em 1955, a Conferência de Bandung tinha como objetivo mapear o futuro de uma força política global visando a promoção da cooperação econômica e cultural dos países do terceiro mundo como forma de oposição ao que era considerado colonialismo e neocolonialismo por parte dos EUA e da União Soviética. “A Conferência representou o início da tomada de consciência em relação ao papel que os novos países independentes deveriam exercer no mundo, no sentido de representar os excluídos, os oprimidos e os rejeitados nas grandes discussões internacionais do centro” (PEREIRA; MEDEIROS, 2015, p.124).

Os autores descrevem os dez princípios da Coexistência de Bandung. Esses dez princípios estabelecem as normas primordiais de preservação dos Estados e o respeito às decisões do outro. Com o passar do tempo, outras coalizões entre países do Terceiro Mundo também surgiram, como por exemplo, o Movimento dos Não-Alinhados, que discutiu pontos já mencionados em Bandung, porém, que serviu para institucionalizá-los.

A partir de 1967 houve o fortalecimento da agenda de desenvolvimento econômico, onde o Movimento dos Não Alinhados passaria a ganhar importância econômica. O período marcou também os começos de diálogos com a ONU para a instrumentalização das relações Sul-Sul. No contexto econômico, o final da década de 60 foi de declínio da participação dos países em desenvolvimento no comércio mundial de exportações. A pobreza apresentada pelos países em desenvolvimento ficou evidenciada como um problema crítico.

A Nova Ordem Econômica Mundial foi um conjunto de propostas que tinham o intuito de expandir as instituições da ONU. Já a Conferência de Buenos Aires, teve o objetivo de, pela primeira vez, institucionalizar a prática da Cooperação Sul-Sul no âmbito da ONU, tendo como resultado das discussões o Plano Buenos Aires.

Carlos Milani e Tassia Carvalho (2013) levantam questões sobre a cooperação Sul-Sul e a política externa de países emergentes. A cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) passou a ser exercida após a Segunda Guerra Mundial como instrumento da política externa dos países desenvolvidos para a internacionalização das práticas de governança desses países e também dos respectivos modelos de capitalismo.

Apesar de todo discurso de solidariedade proferido desde o início da CNS, não foram deixados de lado interesses estratégicos e geopolíticos e pelo interesse de disseminar segundo os autores, o ideal ocidental de modernidade. No que tange ao desenvolvimento dos países periféricos, essa cooperação seria uma possível forma de criar uma sociedade melhor, mais justa

e civilizada para melhor desenvolvimento desses países vulneráveis, mas isso acabou se tornando um mito.

2.7 COOPERAÇÃO SUL-SUL NOS ANOS 1990 e 2000

A CSS reduziu sua estratégia nos anos 1980 e 1990 devido à crise econômica do período, Por outro lado, a década de 1980 não foi totalmente ‘perdida’ para os esforços coletivos de cooperação sul-sul. Em 1981 teve lugar a Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Econômica entre os Países em Desenvolvimento, na Venezuela. Sua importância residia no Plano de Ação de Caracas, que buscava promover o comércio intra-sul – principalmente através de um sistema de preferências comerciais entre os países em desenvolvimento [...]. (NEVES, 2015, pg.127)

Nos anos 2000, com a defesa de uma nova visão do desenvolvimento, a CSS renovou suas promessas. Desenvolvimento não seria mais pensado particularmente a partir de uma ótica liberal da ordem internacional. Segundo De Mello et al (2014, pg.12) a CSS “seria distintamente caracterizada pela ausência das condicionalidades sociais, ambientais, de governança e direitos humanos; e seria orientada pela própria demanda dos países parceiros”.

O papel do Estado no desenvolvimento foi repensado e as alianças em programas de cooperação entre os países do Sul se ampliaram. Com essas novas mudanças, a CSS reflete uma geopolítica e uma geoeconomia do mundo para além da expressão das prioridades do Ocidente.

É importante ressaltar o ressurgimento das políticas de CSS para o desenvolvimento no séc. XXI dessa vez ligado ao papel reestruturado de alguns países em desenvolvimento, daqueles mais poderosos no sistema internacional, que tende a consolidar a ideia de que os países do Sul devem cooperar com outros do Sul também.

2.8 COOPERAÇÃO SUL-SUL E SEUS CONCEITOS

A cooperação internacional - surgiu com intuito do desenvolvimento socioeconômico dos países visando fortalecer e melhorar as relações econômicas entre os países em desenvolvimento. Com a evolução dos acontecimentos e das conjunturas políticas e econômicas, ela foi se tornando uma ferramenta fundamental para os Estados, principalmente para os países emergentes. Para De Mello et al. (2014, p. 13),

A definição de CSS seria, portanto, muito mais ampla que a de ODA, conforme evidenciado nas diversas definições propostas. Notadamente, o United Nations Economic and Social Council (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – ECOSOC) define a CSS como aquela que “representa uma genuína transferência de recursos do país oferecendo programas de cooperação para as economias de países parceiros” [...].

A CSS segundo De Mello et al. (2014), é definida para inclusão das doações e empréstimos, o que inclui créditos às exportações fornecidos por um país a outro do Sul, para financiamento de programas, projetos, cooperações técnicas, diminuição de dívidas, assistência humanitária e suas colaborações a instituições multilaterais e bancos regionais de desenvolvimento.

Similarmente, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) entende a CSS como “um amplo sistema para a colaboração entre países do sul nos domínios econômico, social, cultural, ambiental e técnico” (UNDP, 2007). Por fim, estudo efetuado para a ECOSOC concebe a CSS como sendo mais ampla e profunda que o conceito de ajuda do norte. Não só cobre fluxos financeiros, tais como empréstimos e doações para projetos e programas sociais e de infraestrutura, mas também cobre cooperação via compartilhamento de experiências, tecnologia e transferência de qualificações, acesso preferencial a mercados, investimento e suporte orientado ao comércio (ECOSOC, 2009, p. iii e 3). De Mello et al. (2014, p. 13,14),

3 A CHINA COMO PROMOTORA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

É nítido o crescimento e desenvolvimento político atual da China, o que tem se refletido também em mecanismos de inserção internacional como a Cooperação Sul-Sul, essencialmente no âmbito financeiro, tecnológico, dos empréstimos e das doações, programas sociais, projetos de infraestruturas e etc. A China foi mudando de paradigmas de cooperação e estrategicamente escolhendo seus aliados ou parceiros, priorizando seus próprios interesses.

Segundo Mendes (2010), as dinâmicas atuais da política externa chinesa resultam de duas prioridades domésticas. Uma, de garantir recursos energéticos para assegurar os níveis atuais de desenvolvimento e, a outra, de impedir o reconhecimento internacional de Taiwan como um Estado soberano.

É neste contexto que a RPC enquadra a sua presença no hemisfério Sul no âmbito da cooperação Sul-Sul, considerando-se o maior país subdesenvolvido do mundo e disponível para ajudar os outros no caminho para o desenvolvimento. Ao apresentar o seu modelo de desenvolvimento econômico, dissociado da democratização política, como uma solução viável nas regiões onde o modelo ocidental não tem apresentado os resultados esperados, e posicionando-se como um parceiro e não como um guia que dita as regras do relacionamento, a China constitui uma alternativa aos dadores ocidentais na África e na América Latina. (MENDES, 2010, pg. 39)

Alguns líderes de países do Sul concordariam que a presença chinesa é bem-vinda como alternativa para o relacionamento com os países ocidentais. A mudança de paradigma chinesa, de politicamente fraca para forte e o seu sucesso econômico, “levaram à aceitação generalizada da sua influência cada vez mais visível no Sul” (MENDES, 2010, pg. 40).

3.1 ESTRATÉGIA DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA NO HEMISFÉRIO SUL

A diplomacia chinesa, tanto para a África, quanto para a América Latina, se baseia nos interesses de desenvolvimento interno da RPC. A ideia do desenvolvimento mútuo e da não interferência nos assuntos internos dos outros países para a promoção da paz mundial presente nos discursos oficiais chineses nos convida a uma reflexão crítica sobre a política externa chinesa no hemisfério Sul pois,

O relatório «Modernização da China 2008» sublinha que a RPC só deve investir em relações com países que tenham alguma das seguintes características: «ser inovador, ter muitos recursos, ter uma grande população, ter cultura, ser amigável, ou estar nos arredores da China». Os recursos naturais e a população do «Sul» são, assim, fatores explicativos da consolidação progressiva da presença chinesa na África e na América Latina. As três principais companhias energéticas chinesas, a China National Petroleum Corporation (cnpc), a China Petroleum & Chemical Corporation (Sinopec) e a China National Offshore Oil Corporation (cnooc), compraram dezenas de concessões petrolíferas e de gás em países africanos e reforçaram a sua presença no sector energético na América Latina, concentrando-se, por um lado, na exploração de recursos e, por outro, na aquisição de alta tecnologia. (MENDES, 2010, pg. 40).

O *soft power* chinês está presente na relação com os países em desenvolvimento. No que tange ao ponto de vista econômico, a presença do gigante asiático é resultado da procura por novos mercados para suas exportações.

Numa clara estratégia de *smart power*³, alternando entre o recurso ao *soft power* – envolvimento diplomático e capacidade de atracção económica e cultural – e ao *hard power* – venda de armamento e afirmação como potência militar – a RPC tem procurado reforçar a sua presença no hemisfério Sul. Ao defender relações mutuamente benéficas e a não-interferência nos assuntos internos dos outros estados [...]. (MENDES, 2010, pg. 44)

Segundo Mendes (2010), com a inserção dos mercados chineses e o preço dos produtos vendidos pelo país, as populações das regiões africanas e latino americanas, acabam sendo

³ Joseph Nye que definiu o conceito the smart power, aponta o mesmo como a utilização de uma inteligência contextualizada, no sentido de conseguir combinar o soft power com o hard power para atingir com sucesso o interesse nacional. Ou seja, smart power é uma capacidade ou qualidade política utilizada pelo representante do Estado no plano internacional. Disponível em (<http://ceprilusiada.blogspot.com/2007/11/o-significado-de-smart-power.html>) acessado: 31/01/2020, 02:52.

afetadas por desemprego porque levam à falência muitas fábricas. “A população de ambas as regiões ainda enfrenta a redução de quota de mercado na Europa e nos Estados Unidos, também receptores de produtos chineses” (MENDES, 2010, pg. 43). As elites por serem de “governos centralizadores e corruptos” (essencialmente no caso dos africanos) recebem grande parte dos benefícios oriundos do envolvimento chinês, assim, a análise do impacto da CSS, como mostra a autora, precisa considerar tanto os interesses dos líderes políticos quanto das populações.

Leonardo Neves (2015) faz um apanhado geral da estratégia de cooperação chinesa e seus impactos no mundo. O autor cita um estudo do Banco Mundial para discutir a ascensão chinesa e seu futuro. O Banco buscou responder duas questões: se a China vai conseguir manter seu crescimento nos mais altos níveis apesar das recentes taxas limitadas e como esse crescimento afetaria o mundo, o meio ambiente ou a própria sociedade chinesa.

A partir dessas perguntas, o documento elabora seis linhas de ação para um desenvolvimento estratégico chinês. Seriam elas: I. repensar o papel do Estado e do setor privado para fomentar a competição na economia chinesa; II. fomentar inovação e ligarse às redes de pesquisa e desenvolvimento internacionais; III. entender o desenvolvimento sustentável como uma oportunidade de crescimento; IV. promover maior proteção social e igualdade de oportunidades; v. reforçar o sistema fiscal e VI. reforçar o papel da China de protagonista internacional e dar seguimento à sua integração nos mercados globais. (NEVES, 2015, pg.211)

A China foi expandindo sua diplomacia principalmente voltadas ao comércio e infraestruturas. Segundo Neves (2015) um grande marco essencial para a consolidação do viés internacionalista do programa de cooperação internacional chinês foi a conferência de Bandung. “Logo em 1956, a China começou a prover cooperação também para países em desenvolvimento, especialmente os da África, sobretudo no que tange à cooperação técnica para países recém-independentes” (NEVES, 2015, pg.216). Entretanto, a ferrovia TAZARA foi um dos projetos mais famoso dessa época, visto que foi uma ferrovia que liga a Tanzânia e a Zâmbia e esse é um dos casos mais citados como exemplo de que os recentes investimentos chineses nas áreas da infraestrutura africana não é mais uma novidade.

A política externa chinesa, do mesmo jeito que se tornou mais forte no cenário internacional e na sua relação com os países em desenvolvimento, passou a se tornar também alvo de críticos que questionam as intenções por trás de suas políticas externas com os países do Terceiro Mundo. Como mostra Neves (2015), a política de cooperação internacional chinesa por muito tempo se orientava do ponto de vista político e ideológico, e no segundo momento, se dirigiu ao seu desenvolvimento próprio, sua segurança e sustentabilidade.

Brasil, Índia e China são conhecidos como países-doadores de cooperação internacional para o desenvolvimento, porém, cada um com suas prioridades para fins específicos de desenvolvimento doméstico. O Brasil é conhecido pela sua ênfase na cooperação com países africanos, em especial os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) em diversas áreas de cooperação essencialmente na educação (Ullrich, Carrion, 2013). Segundo Mello e Souza (2012), o Brasil e a Índia priorizam também os países vizinhos na sua cooperação para o desenvolvimento. Já a China prefere alocar sua cooperação internacional para a África e Ásia, o que segundo o autor, acompanha seu crescimento econômico e seus interesses geopolíticos globais. Isso reforçaria uma leitura teórica realista da CTPD de que “a quantidade de recursos empregados na cooperação ou assistência internacional, assim como sua diversificação e seu alcance geográfico, são proporcionais ao poder político e econômico dos países ‘doadores’” (Mello e Souza, 2012, pg. 91).

No que concerne a suas motivações, a cooperação para o desenvolvimento concedida pelos países emergentes é similar àquela oferecida pelos países do CAD/OCDE. De fato, ambas são usadas como instrumento político-diplomático e de promoção de interesses econômicos, e não visam exclusivamente ou prioritariamente ao desenvolvimento dos países parceiros ou “receptores”. (Mello e Souza, 2012, pg. 91)

Em suma, para cada acordo sempre existem interesses por trás dos mesmos, assim como cada um desses países têm seus interesses particulares por trás de suas cooperações para o desenvolvimento, apesar de todos terem a consciência de até que ponto podem perder ou ganhar, tudo indica que para os países mais vulneráveis esses acordos de cooperação podem ser bem-vindos e solidários.

Para alguns autores como Mello e Souza (2012), o interesse do Brasil é também se tornar o líder regional e conseguir um assento permanente no conselho de segurança da ONU, da Índia é promover mais seus interesses econômicos, político-estratégicos, garantir acesso a fontes de energia, proteger diásporas indianas e na competição com a China, tentar promover seus interesses no continente africano em busca por reservas de petróleo, acesso a mercados consumidores, influência nas suas diplomacias do que propriamente humanitários.

A China prioriza questões econômicas, acesso a recursos naturais, petróleo, matérias-primas e a abertura de novos mercados procurando oportunidades de investimentos para suas empresas e exportação de bens e serviços. A Cooperação Internacional se tornou um portal de acesso para o alcance desses objetivos.

3 UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE A GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau foi uma colônia de Portugal até sua independência no dia 24/09/1974 depois de 11 anos de lutas lideradas por Amílcar Lopes Cabral, líder do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) sendo a primeira colônia portuguesa em África a conquistar sua independência.

Situado na Costa Ocidental da África, o país faz fronteira ao Norte, pelo Senegal, ao Sul, pela Guiné-Conakry e ao Leste é banhado pelo Oceano Atlântico, com seu território de 36.125km², possui uma longa história de parceria com Cabo-Verde que também é uma ex colônia de Portugal.

O país faz parte de organizações internacionais como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); Comunidade dos Países da Língua Português (CPLP); União Econômica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) e União Africana (UA).

3.1 A ATUAÇÃO CHINESA NA ÁFRICA

Segundo M'bunde (2015), em estudo sobre a atuação chinesa na África, o Partido Comunista Chinês (PCC) já oferecia desde os anos 1950 e 1960 apoio militar e bélico aos movimentos independentistas africanos. Segundo ele, a China se aproximou das lideranças políticas africanas com a conferência de Bandung realizada em 1955.

O autor ainda ressalta que a política externa da China para África “foi claramente caracterizada por questões ideológicas e políticas, tendo a luta contra o colonialismo e imperialismo definido a sua política externa na região, por um período de três décadas”. (M'BUNDE, 2015, p. 69). O país elencou os seguintes cinco princípios em dezembro de 1953 pelo então Primeiro-Ministro e Ministro de exterior Zhou Enlai que orientaram sua política externa:

- 1º respeito mútuo da soberania e da integridade territorial;
- 2º não agressão mútua;
- 3º não ingerência nos assuntos internos;
- 4º igualdade e vantagens recíprocas; e
- 5º coexistência pacífica.

O primeiro momento das relações sino-africanas não só se destacou pelo suporte político e militar nos primeiros trinta anos da política externa da China para África, mas também se

desenvolveram programas de cooperação em áreas como infraestrutura, agricultura, finanças e saúde. O autor ainda destaca o auxílio econômico da China, investindo milhões de dólares em países africanos como Egito e Tanzânia na década de 1960 e apoiando o desenvolvimento nas áreas de tecnologia, saúde e agricultura. A exemplo do financiamento do congresso afro-asiático de oftalmologia e envio de peritos para trabalho na irrigação e agricultura.

Segundo o autor, com as crises das décadas de 1960 e 1970, a despeito dos altos investimentos financeiros, se esfriaram as relações sino-africanas no que tange às relações econômicas e comerciais. Focada em questões econômicas domésticas, a China diminuiu a intensidade nas relações comerciais com o continente africano.

Nesse período renunciava-se o fim da GF, refletindo a reaproximação sino-soviética e tornando, conseqüentemente o continente africano menos estratégico na disputa da China com a URSS e os EUA por zonas de influência (RYSDYK, 2010, p.21). Ademais, nesse contexto o PCC procurava diversificar suas relações internacionais, contudo, as relações diplomáticas com os países africanos continuavam estáveis e regulares. Porém, como mostra Hong-Ming (2004), a China não demorou a recuperar-se e a relançar sua parceria com o continente africano. Esse novo combustível nas relações sino-africanas coincide ou se deu por conta de abertura comercial promovida por Deng Xiaoping. Com a abertura, o comércio desatou-se dos embaraços ideológicos, passando a adotar o pragmatismo e agilidade como características fundamentais das suas relações externas. (M'BUNDE, 2015, pg. 71)

M'bunde (2015) ressalta que o programa chinês de cooperação para o desenvolvimento se mostrou a partir dos anos 1990 mais atrativo para diversos Estados africanos. Ainda segundo o autor, essa avaliação das elites políticas africanas “era decorrente das condicionalidades da CID impostas pelas instituições financeiras de Bretton Woods e agências bilaterais de cooperação aos países africanos, e que não deram certo” (M'BUNDE, 2015, pg. 71). Por sua vez, o modelo chinês seria diferente, desligado de condicionalidades políticas, com a exigência de que a parte cooperante não reconheça diplomaticamente a independência de Taiwan. O aumento da cooperação entre China e países africanos se fortaleceu no século XXI, evidenciado nos encontros Fórum de Cooperação da África com a China (FOCAC) realizado a cada três anos desde 2000 e com a presença de 45 países da África.

Para o autor, o principal objetivo da China seria estimular e apoiar o desenvolvimento mútuo, para isso criou diversos mecanismos para a cooperação com o continente africano, como o Fórum de Macau, uma plataforma de cooperação entre os países da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa). Com a aproximação junto ao continente africano, as relações comerciais também estiveram presentes como também a priorização das dimensões políticas e ideológicas na agenda de cooperação.

Fica nitido que durante a ordem bipolar a pretensão chinesa era fazer face à crescente influência da URSS na África. Por isso a China sempre apoiava o oponente de quem era apoiado pela URSS, independentemente de sua orientação político-ideológica. Dito isso, denota-se que o objetivo primordial do PCC era construir sua influência no continente africano. Ainda que o seu aliado africano tivesse eventualmente uma orientação político-ideológica ocidental, uma vez que fosse adversário do aliado da URSS tornava-se importante e estratégico para a China naquele momento. Portanto, pode-se dizer que o objetivo imediato chinês era abrir e ampliar zonas de influência na África e conseguir aliados, era o primeiro passo, e só depois pensar em cooptação política, econômica e ideológica destes. (M'BUNDE, 2015, pg. 72,73).

Segundo o autor, com o fim da bipolaridade Leste-Oeste, a dimensão econômica e comercial “que já se figurava na agenda de cooperação sino-africana no período anterior, tornou-se patente e passou a construir disparadamente a prioridade de suas relações com a África, até os dias atuais” (M'BUNDE, 2015, pg. 73). Os interesses do dragão asiático atualmente são direcionados para a exploração dos recursos naturais, obtenção de mão de obra barata e abertura de mercados. O principal instrumento para viabilizar esses objetivos tem sido a CSS, das quais as características fundamentais são trocas comerciais, investimentos em infraestruturas, construção civil e exploração do petróleo na África.

O estabelecimento de empresas da China na África principalmente as do petróleo e as empresas das infraestruturas, como no caso de China National Offshore Oil Corporation e China Civil Engineering Construction Corporation, como mostra o autor, “expressa a relevância que a China atribui à dimensão econômico-comercial na região, elegendo a exploração de recursos na África como a prioridade inequívoca de suas relações contemporâneas com o continente africano” (M'BUNDE, 2015, pg. 73).

4 AS RELAÇÕES SINO-GUINEENSES E A COOPERAÇÃO SUL-SUL

A China começou a se aproximar da Guiné-Bissau nos primórdios da luta armada de libertação (SANT'ANNA, 2008). Para Sant'Anna (p. 43), “a Guiné-Bissau foi o primeiro país do mundo a assinar acordos de cooperação com a China mais especificamente no setor de pesca de águas profundas”. A cooperação entre esses dois países com o passar do tempo foi se ampliando para diversas outras áreas de cooperação que veremos adiante.

A maior presença chinesa na África despertou a necessidade de estudos e análises da cooperação internacional do país para o Hemisfério Sul. como mostrado por (M'bunde, 2015), a CID começa a observar no início dos anos 2000, a China como uma das grandes potências

emergentes do Hemisfério sul. Segundo o autor, o envolvimento desses dois países em práticas de cooperação no continente africano engloba quase todo o continente.

Conforme M'bunde (2015), a China mantém relações de cooperação com a Guiné-Bissau desde os anos de 1960. Essa relação foi interrompida entre as décadas de 1990-1998, quando o país estabeleceu relações com Taiwan, pois a China não concorda com o reconhecimento de Taiwan como Estado soberano e nem da sua aproximação com seus aliados.

Conforme Timóteo M'bunde (2015), a partir dos anos 2000 se destacaram na cooperação sino-guineense as construções de diversas infraestruturas públicas da Guiné-Bissau, sendo a maioria dos edifícios estatais feitos pelo governo chinês.

Por essa forte presença, M'bunde levanta questionamentos dos benefícios que cada país usufrui da relação bilateral e chega à conclusão de que,

As práticas e os discursos de CSS do governo da China assumem características peculiares e são praticamente não voláteis, permanecendo quase que inalteráveis, independentemente do contexto e espaço geográfico (BRAUTIGAM, 2011). Ademais, denota-se que a agilidade é a linha orientadora da cooperação desse país asiático. O objetivo de acesso de recursos naturais, matérias-primas e mercado é muito patente e claro nas suas relações de cooperação, vulgarizadas oficialmente como relações de ganha-ganha entre as partes cooperantes – China e seus parceiros do desenvolvimento, nesse caso. (M'BUNDE, 2015, pg. 13)

Os discursos da CSS da China são marcados pela ideia de benefícios mútuos. No lado chinês, os benefícios seriam definidos pelo uso da CSS como ferramenta de inserção nesses países em busca de recursos naturais e entre outros recursos mencionados no trecho acima.

Guiné-Bissau é um país africano com vastos problemas sociais, políticos e econômicos, altamente dependente da cooperação internacional. Como afirma Cambanco (2019, pg. 21),

[...] o país possui uma economia muito debilitada e é justamente por essa razão que ele vem estabelecendo acordos de cooperação com os países economicamente mais fortes – dos quais é muito dependente [...] de modo a fazer face as mazelas, proporcionar o bem estar e um padrão de vida razoavelmente bom para a sua população que vive abaixo de linha de pobreza com praticamente metade das pessoas possuindo algo em torno de US\$ 1,25 dólar americano por dia, segundo os dados levantados pelo Instituto Português de Apoio do Desenvolvimento (2019).

Essas condições políticas, econômicas e sociais, deixaram o país vulnerável diante dos doadores de cooperação para tentar uma forma de estabelecer e/ou restaurar suas políticas, economias e formas de vida de sua população.

M'bunde (2015) ressalta a importância do período dos acordos de cooperação entre a China e a Guiné-Bissau no âmbito da educação estabelecidos em 1977. Desde então, estudantes

guineenses contemplados com bolsas de estudo passaram a viajar para a China para sua formação no ensino superior.

Desse modo, foi crescendo a cooperação, a China e a Guiné-Bissau estabeleceram oficialmente suas relações diplomáticas e acordos de cooperação foram assinados desde então na área de saúde pública em 1976. Segundo o autor, foi um ano antes da assinatura de acordo de cooperação no domínio de educação e ainda ressalta que uma das primeiras áreas de cooperação entre esses dois países foram nessas duas áreas: saúde e educação.

A política de cooperação Chinesa tende a buscar benefícios para seu desenvolvimento econômico interno, o que foge de seus 5 princípios acima mencionados e desperta o interesse da China em priorizar sua CID nos países do terceiro mundo.

A cooperação para o desenvolvimento sino-guineense ao longo dos anos 2000 foi multiplicada e ampliadas para vários setores. Dentre esses setores, o setor de obras e infraestruturas ganhou maior destaque. Sobre isso, o embaixador da China explica: “a Guiné-Bissau necessitava de lar e edifícios, necessitava de hospitais naquele período [década de 2000], e nós cooperamos neste sentido” (*apud* M'BUNDE, 2015, P. 84). O autor ainda ressalta que foi a China quem construiu e/ou reformou praticamente todos os edifícios construídos a partir dos anos 2000 onde as instituições governamentais e serviços públicos da Guiné-Bissau funcionam.

Descrevemos abaixo no quadro 1 as obras de infraestruturas realizadas pela China na Guiné-Bissau.

Projetos	Ano de construção	Montante US\$
Estádio Nacional 24 de Setembro	1987	_____
Hospital de Canchungo	Anos 1980	_____
Edifício da Assembleia Nacional Popular	2001	_____
11 Edifícios residentes de Ex-combatentes	2000	_____
Palácio do Governo	2010	US\$ 25 milhões

Escola de Amizade Sino-guineense (Escola Nacional de Saúde)	2008	US\$ 15 milhões
Instituto Nacional de Saúde	2013	US\$ 10 milhões
Hospital de Amizade Sino-guineense (Hospital Militar)	2009	US\$ 12 milhões
Residências para oficiais das forças armadas	Anos 2000	—
Reabilitação do Palácio da República	2012	US\$ 7,5 milhões
Reabilitação do Estádio nacional 24 de setembro	2012	US\$ 15 milhões

Fonte: (M'BUNDE, 2015, 85,86).

Pode-se concluir que a relação sino-guineense apesar ter se tornado alvo de crítica, tem sido fundamental para a política externa de ambos os países. M'bunde (2015) mostra que a cooperação para o desenvolvimento dos dois países em questão é também muito caracterizada por movimentos financeiros. Habitualmente a China oferece somas financeiras ao governo guineense que de modo geral “são compensadas por aquisição de licenças de exploração de recursos naturais guineenses pelo PCC. Os recursos financeiros chineses disponibilizados à Guiné-Bissau também são contabilizados a partir do seu apoio ao orçamento de Estado e empréstimos” (M'BUNDE, 2015, p.90)

Segundo o autor, a China participa ativamente no financiamento da realização de eleições no país. No campo de sua estratégia de política externa para a Guiné-Bissau, o PCC exhibe disponibilidade a cooperar financeiramente, mesmo que o projeto financiado não esteja diretamente ligado aos programas bilaterais. “Por exemplo, em 2005, quando a Guiné-Bissau foi anfitriã da 6ª cimeira da CPLP, o Pequim disponibilizou cerca de 615 mil euros para apoiar a Guiné-Bissau na organização do referido evento”. (M'BUNDE, 2015, p.90). Veremos na segunda tabela, os recursos “financeiros públicos chineses na Guiné-Bissau (2000-2014)” para uma noção básica dos investimentos chineses no decorrer dessas décadas abaixo mencionadas.

Ano	Valor em US\$
2000	US\$ 1.067.500,00
2001	US\$ 22.800,00
2002	US\$ 646.233,15
2003	US\$ 780.993,50
2004	US\$ 422.515,00
2005	US\$ 202.900,00
2006	US\$ 111.742,80
2007	US\$ 30.000,00
2008	—
2009	US\$ 7.132.724,09
2010	US\$ 2.907.724,14
2011	—
2012	US\$ 1.937.724,14
2013	US\$ 1.360.271,00
2014	US\$ 1.255.832,36

Fonte: (M'BUNDE, 2015, pg. 91).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sino-africanas, em particular sino-guineenses, nos convidam a uma análise crítica e profunda sobre a CID da China com os países do hemisfério sul. Com base nas bibliografias levantadas para o desenvolvimento deste artigo, pode-se concluir que as percepções sobre a relação sino-guineense são alvo de críticas. A CSS prestada pela China, apesar de ter sido uma ajuda para os problemas de seus parceiros, simultaneamente tem aberto espaço para questionamentos, principalmente pela alta taxa de investimentos econômicos num país periférico como a Guiné-Bissau e principalmente pela sua fraca economia financeira que evidentemente não cobrem os valores investidos pela China na CSS com o país africano.

Vale ressaltar que a China tem sido um importante parceiro para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, em especial na construção da infraestrutura do país. Porém, numa cooperação nenhum tipo de investimento é feito sem um benefício. O que se torna preocupante no caso da China, seu interesse pelos recursos naturais, mercados e matérias primas da Guiné-Bissau.

Tanto a China, quanto o restante dos países economicamente fortes, usam a cooperação como uma ferramenta de inserção nos países economicamente fracos para seus desenvolvimentos internos, como também seus discursos e suas práticas diplomáticas nas suas relações com os países do terceiro mundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Celia, a concepção brasileira de Cooperação Sul-Sul estruturante em saúde, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 26, mar. 2010

ALVES, LOPES, Landulpho, Lauro, A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE): O Brasil como doador São Paulo, P. 6-74, agosto de 2008

CAMBANCO, Deuinalom, Cambanco, cooperação Sul-Sul e suas contradições: um estudo crítico sobre os acordos de cooperação no setor de pescas entre a República Popular da China e a República da Guiné-Bissau, Universidade Federal da Bahia, instituto de humanidades, artes e ciências, p. 21, 2019

DE MELLO, André, SOUZA, A Cooperação para o Desenvolvimento Sul-Sul: os casos do Brasil, da Índia e da China, Boletim de Economia e Política Internacional, P. 91 2012

DE MELLO, André et. Al, IPEA, pg. 11-14, 2014.

Fonte: (<http://ceprilusiada.blogspot.com/2007/11/o-significado-de-smart-power.html>) acessado: 31/01/2020, 02:52.

LOPES, Laura, Landulpho, Alves, A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABR-MRE): o Brasil como doador; Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais; San Tiago Dantas; p. 6-72, 2008

MILANI, Carlos, CARVALHO, Tassia, Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano, estudos internacionais, v.1 n.1 p. 11-32, jan. - jun., 2013

MILANI, Carlos, Solidariedade e Interesse, Motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento (_____) p. 23-69, 2018.

MENDES, Carmen Amado, A China e a Cooperação Sul-Sul, 39-44 jun. 2010.

M'BUNDE, Timóteo Saba, as políticas externas de cooperação para o desenvolvimento de Brasil e China na Guiné-Bissau: uma análise em perspectiva comparada, universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências sociais, p. 12-81, 2015

NEVES, Leonardo Paz, Assistência e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em perspectiva comparada: os casos de Brasil e China, universidade federal do rio de janeiro, p. 127-239, 2015

PEREIRA, Alúcia, Danilevicz, MEDEIROS, Klei, A emergência da periferia no sistema mundial: da conferência de Bandung à conferência de Buenos Aires (1955-1978), Revista brasileira de estratégia de Relações internacionais, v.4, n.7, p. 119-136, jan./jun. 2015

SANTOS, Roberta de Freitas; CERQUEIRA, Mateus Rodrigues. Cooperação SulSul: experiências brasileiras na América do Sul e na África. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.1, jan.-mar. 2015, p.29.

SANT'ANNA, Nanahira Rabelo e. A China e os “PALOP”: uma análise das relações sino-africanas com enfoque nos países de língua oficial portuguesa. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2008. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1667/1/2008_NanahiraRabelo.pdf. Acesso em: 21 de jan. 2020.

ULLRICH, Danielle, Regina, CARRION, Rosinha, Machado, A Cooperação Brasileira na área da educação nos PALOPs no período 200-2012: principais atores e projetos, p.147-156, 2013.